Ambiente e Proteção de Habitat

14 de dezembro de 2026 | Lisboa | CEJ – Sala Luís Ribeiro

Ação de Formação Contínua Tipo B

Enquadramento: A proteção do ambiente constitui uma área de crescente relevância na ordem jurídica nacional e europeia, convocando uma resposta articulada dos instrumentos de Direito Penal e de Direito Administrativo. A complexidade dos danos ambientais, a evolução das formas de criminalidade lesiva do ambiente e a necessidade de assegurar uma efetiva reparação do dano ecológico colocam desafios específicos à interpretação e aplicação dos regimes jurídicos vigentes. Neste contexto, a nova Diretiva Europeia relativa à proteção do ambiente através do Direito Penal representa um importante desenvolvimento do quadro europeu, impondo uma reflexão sobre a evolução da tutela penal do ambiente e os desafios que se colocam ao ordenamento jurídico português.

Destinatários: Juízes/as e Magistrados/as do Ministério Público, Advogados/as e outros profissionais da área forense

Objetivos: O seminário pretende proporcionar uma abordagem integrada e atualizada destas matérias, conjugando a análise do regime nacional com a evolução do Direito da União Europeia. Pretende-se que, no final da formação, os participantes possam reforçar competências para:

- Compreender o enquadramento jurídico nacional e europeu da proteção do ambiente, identificando a articulação entre os instrumentos de Direito Penal e de Direito Administrativo;
- Identificar e aplicar os principais tipos legais de crimes ambientais, compreendendo os respetivos pressupostos, elementos constitutivos e âmbito de aplicação;
- Analisar as especificidades da investigação e apreciação judicial da criminalidade ambiental, designadamente perante a complexidade técnica e probatória das infrações;
- Compreender o regime jurídico da prevenção e reparação do dano ecológico, distinguindo-o da reparação de danos causados a pessoas ou a bens;
- Aplicar o regime da reparação do dano ecológico a situações concretas, identificando os mecanismos jurídicos adequados e os respetivos pressupostos;
- Conhecer as principais alterações e exigências decorrentes da nova Diretiva Europeia de proteção do ambiente pelo Direito Penal, avaliando o seu impacto no ordenamento jurídico português;
- Reconhecer e analisar criticamente as principais questões controvertidas na jurisprudência nacional e europeia em matéria de proteção penal e administrativa do ambiente.

Ambiente e Proteção de Habitat

14 de dezembro de 2026 | Lisboa | CEJ – Sala Luís Ribeiro

Ação de Formação Contínua Tipo B

Manhã

09h30 Abertura

09h45 O papel do Direito Sancionatório Administrativo no quadro dos instrumentos sancionatórios ambientais
Carla Amado Gomes, *Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

10h30 Debate

10h45 Contencioso ambiental: casos da jurisprudência nacional
Joaquim Sabino Rogério, *Advogado*

11h30 Debate

Moderação:
Teresa Almeida, *Juíza de Direito, Docente do Centro de Estudos Judiciários*

Tarde

14h30 Nova Diretiva Europeia de Proteção do Ambiente pelo Direito Penal
Sónia Mariza Florêncio Fidalgo, *Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*

15h15 Debate

15h30 Captura e abate ilegal de aves em Portugal: fotografia atual, ferramentas e desafios futuros (SPEA-BirdLife)
Julieta Costa, *Coordenadora do Departamento de Conservação Terrestre*
Carolina Bloise, *Técnica de Conservação Terrestre*
Paula Lopes, *Técnica de Conservação Terrestre*

16h15 Debate

Moderação:
Belmira Raposo Felgueiras, *Juíza Desembargadora, Docente do Centro de Estudos Judiciários*

ORGANIZAÇÃO
Centro de Estudos Judiciários, com a colaboração e o apoio da SPEA e de Joaquim Sabino Rogério.

ENQUADRAMENTO E APOIO
Projeto SafeFlyways – IKB3
Projeto LIFE LxAquila

SEDE:
Largo do Limoeiro - Lisboa
Tel: 21 884 56 00 | cej@mail.cej.mj.pt
Formacao-def@mail.cej.mj.pt

Convento Nossa
Senhora do Carmo
Vila do Conde